

FRANCISCO MARTINS RODRIGUES



AS CLASSES



CADERNOS DE DEBATE - 5

AS CLASSES

Título: **As classes** - Cadernos de debate 5

Autor: Francisco Martins Rodrigues

Capa: António Barata

Data da Edição: Agosto de 2021

FRANCISCO MARTINS RODRIGUES

AS CLASSES

LISBOA, 2021

AS CLASSES

“A política revolucionária de alianças do proletariado não consiste em inventar reivindicações comuns a todo o povo, aceitáveis para a pequena burguesia, mas em saber utilizar as reivindicações parciais, limitadas, das diversas classes populares, ao serviço das reivindicações integrais’, não-truncadas, do proletariado. Não é rebaixando-se ao nível comum de todo o povo mas desdobrando as suas exigências revolucionárias sem disfarces, com energia, que o proletariado poderá ganhar aliados, para si e deixar de servir de aliado dos outros, como até hoje tem acontecido.”

Francisco Martins Rodrigues

SOMOS TODOS PROLETÁRIOS?

Como resposta aos reaccionários arautos da “extinção do proletariado”, tem circulado nos meios de esquerda a afirmação de que proletários, segundo Marx, seriam praticamente todos os assalariados.

Com esta ideia, que não é nova, pretende-se demonstrar que o proletariado ascenderia, nos países capitalistas avançados, a 80 ou 90 por cento da população e que as condições para passar ao socialismo seriam portanto excelentes. A intenção pode parecer boa mas os resultados não são famosos.

1

Entre nós, opiniões destas encontram-se por vezes na imprensa do PCP como na do PSR. Mais longe vai o *Luta Popular*, órgão do PCTP/MRPP, ao afirmar taxativamente que “os actuais empregados ou trabalhadores dos serviços... são também produtores de mais-valia” e que “isto acontece também com os empregados do saber, os técnicos altamente qualificados”; segundo o articulista do *Luta Popular*, a opinião contrária seria estranha ao marxismo e teria sido posta em circulação pelos “economistas ditos marxistas da Academia de Ciências da URSS”.¹

¹ “As transformações sociais nos últimos 20 anos”, *Luta Popular*, nº 854, p. 8, 1/2/98.

Antes de irmos mais longe, desde logo seria preciso que os adeptos desta teoria explicassem o estranho fenómeno de nas sociedades capitalistas avançadas, quanto mais avassaladora é a “proletarização” da população, mais recuam os interesses e ideias próprios do proletariado, mais prevalecem os interesses e pontos de vista da burguesia. Seria caso para perguntar: se o proletariado, com esses pretensos 80% ou 90% da população, não consegue fazer valer a democracia nem pôr termo à extorsão da mais-valia, será que tem realmente alguma capacidade revolucionária como classe?

À força de quererem ser “optimistas” os proletarizadores acabam por dar uma visão empobrecida da luta de classes e desvalorizar o proletariado.

Marx não pode ser convocado como testemunha pelos adeptos desta noção “ampla” de proletariado. No *Capital*, ele definiu os proletários como os produtores de mais-valia: “*Em economia política, deve entender-se por proletário o assalariado que produz o capital e o faz frutificar.*”²

Marx é portanto claro: proletários não são quaisquer assalariados mas apenas os produtores de mais-valia. A opinião contrária pode sustentar-se em passagens como a do *Manifesto do Partido Comunista*, em que efectivamente Marx contrapõe a classe dos proletários (englobando todos os assalariados) à classe dos capitalistas. Trata-se aí contudo de um panorama simplificado da luta de classes, que Marx precisou nos anos posteriores durante a elaboração do *Capital*.

Operários de fábrica, assalariados da construção, transportes, comunicações, agricultura e minas, armazenagem, vestuário, restauração, limpeza, reparações e muitos outros cujo trabalho produz directamente mais-valia constituem o *proletariado*. O que faz deles uma classe à parte é serem a fonte donde brota o capital. E é justamente isso, e não qualquer predestinação mística, que lhes confere potencialidades únicas para eliminar a ordem burguesa.

2 Le Capital, Ed. Sociates, Paris, 1948, t. III, p. 55.

Não estão no mesmo caso os empregados do comércio e escritório. Ainda Marx: o salário pago aos empregados comerciais destina-se a realizar o valor da mercadoria e nessa medida é fonte de lucro para o capitalista, “*mas não cria mais-valia.*”³

O argumento de que os empregados estariam incorporados no proletariado porque o seu trabalho perdeu qualificação ou porque também já manipulam máquinas (computadores, calculadoras, etc.) esquece que essas máquinas são auxiliares do seu trabalho de registo, contabilidade, etc.; não devem ser confundidas com as máquinas do processo produtivo.

Assalariados explorados embora não produtores de mais-valia, com um lugar mais periférico no processo capitalista – daqui resultou a classificação da massa dos empregados como *semiproletários*.

Já os assalariados com funções intelectuais, executando um trabalho altamente complexo e por isso melhor remunerado (médicos, professores, engenheiros, etc.) devem ser assimilados basicamente à pequena burguesia.

O argumento de que os engenheiros, técnicos e quadros com tarefas produtivas seriam igualmente parte do proletariado omite que além da actividade produtora de mais-valia que efectivamente têm, esses técnicos estão isentos do trabalho manual e desempenham em geral tarefas de direcção, vigilância e enquadramento dos operários, isto é, são auxiliares do capitalista na extracção da mais-valia, o que os situa na *pequena burguesia assalariada*.

As ilusões em voga nos anos 50 sobre a automação como via de apagamento das fronteiras entre trabalho manual e trabalho intelectual, capaz de “fazer de cada operário um técnico”, não resistiram em face da realidade. A automação não obedece a qualquer objectivo de aligeiramento do esforço; faz-se para obter uma exploração mais intensa do trabalho assalariado, o que se traduz num *aumento do número de técnicos acompanhado por uma desqualificação massiva do trabalho operário*.

3 *Id., ibid., t. VI, p. 301-303, sublinhado meu.*

4 N. Poulantzas, Poder político e classes sociais, *Portucalense Editora, Porto, pp. 246-249.*

Há quem veja a distinção entre proletariado, semiproletariado, pequena burguesia como uma esquisitice teórica, que redundaria na “divisão das forças do campo popular”. Na realidade, esta questão tem a sua história. No começo deste século, o ascenso do reformismo nos países avançados, ao mesmo tempo que os “elos fracos do imperialismo” entravam num período de grandes revoluções, obrigou os marxistas a observarem mais de perto conceitos do *Capital* que haviam sido esquecidos durante os anos da II Internacional. Tendo captado o efeito deformador do imperialismo na luta de classes, Lenine apercebeu-se da importância crescente assumida, nos países avançados, pela diferenciação, no seio dos assalariados, entre proletariado, semiproletariado, nova pequena burguesia, assim como a “aristocracia operária”, a burocracia sindical e partidária, e toda uma série de outros assalariados em actividades parasitárias, que por vezes designou como *semi-pequeno-burgueses*.

A social-democracia, pelo contrário, enveredando desde a I guerra mundial pela vocação imperialista que já trazia em germe, precisava de construir um quadro idealizado das sociedades imperialistas, alargando a noção de proletariado a todos os assalariados para assim cobrir a sua deserção para o campo da pequena burguesia. A fim de justificar a adaptação ao existente, os social-democratas (declarados ou pseudo-“comunistas”) ora omitem a produção de mais-valia como característica essencial do proletariado, ora atribuem essa capacidade indistintamente a todos os assalariados, de modo a apagar a distinção entre proletariado e semiproletariado e, pior do que isso, baptizar como “proletários” toda a pequena burguesia assalariada.

Estamos pois perante duas concepções opostas: nas metrópoles imperialistas o proletariado cerca a burguesia e está à beira de lhe impor a sua ordem ou, pelo contrário, encontra-se, como o semiproletariado, *cercado* por uma multidão de activos destacamentos da pequena burguesia, interessados em impedi-lo de fazer a revolução? A luta anticapitalista do proletariado (e do semiproletariado) é a de “todo o povo, ou tem que se haver com a hostilidade não apenas do poder instituído mas da democracia pequeno-burguesa, apostada na conservação do sistema?”

Ao optar pela primeira resposta, os social-democratas obtêm uma visão “optimista” a troco de pintar a sociedade imperialista putrefacta como uma espécie de pronto-a-vestir do socialismo e de justificar toda a espécie de oportunistos.

Pela nossa parte, ao darmos a segunda resposta, expomo-nos às censuras de “sectarismo obtuso”, “romantismo obreirista” e “pessimismo desmobilizador”. Porém, como temos por objectivo não apenas “introduzir algumas melhorias possíveis” ao sistema mas sim liquidar, superar o capitalismo, só podemos tomar como ponto de partida a demarcação dos interesses próprios do proletariado, a consciência da sua *diferença* em relação às outras classes.

Não ignoramos as dificuldades que esta perspectiva põe diante dos nossos olhos. Com efeito, o proletariado, em crescimento à escala mundial, constitui, todavia, nos países imperialistas, uma fracção decrescente da população; perdeu muito da sua antiga agressividade, é abalado pela diferenciação interna, manietado pelo reformismo, dizimado pelo desemprego, bombardeado pela alienação. Neste momento, ninguém pode seriamente antever como serão superadas estas desvantagens e como poderão vir a formar-se situações revolucionárias nas metrópoles imperialistas. Mas encarar as dificuldades é o primeiro passo para poder amanhã superá-las. Pelo contrário, os optimismos balofos só podem ser úteis à burguesia.

Em conclusão. As “classes médias”, desejosas de regatear melhores condições ao grande capital, procuram envolver o proletariado, privá-lo de objectivos próprios, enquadrá-lo como força de choque do seu movimento.

Pelo contrário, os comunistas, que visam a revolução socialista, isto é, a ditadura do proletariado sobre a burguesia, lutam para libertar o proletariado desse cerco, torná-lo uma força socialmente independente, orientada para os seus próprios objectivos de classe. Intervêm nas lutas do semiproletariado e da pequena burguesia, não para engrossar o caudal da “luta popular pela democracia e o bem-estar” mas para explorar os aspectos que nelas sejam favoráveis à hegemonia do proletariado e combater os que lhe sejam desfavoráveis. A longo prazo, os comunistas sabem que o proletariado, embora minoritário, pode, em momentos de crise, arrastar consigo o semi-

proletariado, neutralizar a pequena burguesia e inverter a correlação de forças, possibilitando a revolução.

(Política Operária nº 65, Maio-Junho de 1998)

CRISE DO COMUNISMO

Não é só em Portugal que os operários estão reduzidos a servir de força de apoio dos reformistas e liberais. A crise das ideias comunistas é internacional. A burguesia conseguiu convencer os operários de que no mundo de hoje já não há lugar para a revolução proletária e para o marxismo-leninismo. Argumentos para isso não lhe faltam:

- as revoluções guiadas pelas ideias do comunismo, a começar pela revolução russa, mudaram a face do mundo e arrancaram um quarto da Humanidade ao atraso e à miséria feudais, mas hoje, nos países ditos “socialistas”, a classe operária é explorada e não dispõe do poder nem de liberdade. Daqui a conclusão de que a ditadura do proletariado seria uma utopia, a servir de capa para novos regimes tirânicos. O capitalismo sobrevive a guerras, crises e revoluções e cria um arsenal produtivo cada vez mais poderoso. Portanto, poderia haver esperança em que o avanço tecnológico acabe por fazer entrar a Humanidade numa nova era de abundância e liberdade sem necessidade de revolução.
- a classe operária moderna é já muito diferente do proletariado a que Marx atribuíra a missão de coveiro do capitalismo, ganhou melhores condições de vida e entrelaça-se com a massa crescente dos técnicos e empregados. Isto seria a prova de que está a nascer uma nova classe operária, que poderia conquistar através de reformas os seus direitos essenciais.
- os camponeses tomam em todo o mundo o caminho das cidades, os povos coloniais ganharam a independência. Teriam portanto desaparecido as duas grandes forças que Lenine considerava como os aliados revolucionários do proletariado.
- finalmente, o poder das multinacionais, a ameaça nuclear, os novos meios de comunicação, a revolução nos hábitos sociais, ligaram estreitamente todos os continentes num mesmo destino comum. Seria necessário portanto substituir a ideia marxista da revolução mundial e do internacionalismo proletário pelo entendimento e pelo diálogo entre as nações.

Não é difícil mostrar que a propaganda burguesa se apoia em factos reais para vender conclusões falsas.

Todos sabem que o avanço tecnológico e a estabilidade dos Estados Unidos, da Europa, do Japão, da União Soviética, repousam sobre a miséria, a fome e o terror da África, da Ásia e da América Latina. As possibilidades ilimitadas de bem-estar criadas pela indústria moderna são canalizadas para a produção de armas de destruição massiva. O progresso acentua a ditadura dos países ricos sobre os países pobres. O fim do colonialismo, louvado como uma grande conquista, deu lugar a regimes tirânicos de novas burguesias corruptas.

Apresenta-se o quadro duma nova classe operária próspera e culta e privilegiada, para esconder a miséria das grandes massas proletárias do mundo inteiro, sujeitas a uma exploração desenfreada e ao desemprego, manipuladas pela nata dos especialistas e burocratas que falam em seu nome.

Condena-se a falta de liberdades nos países de Leste como se no Ocidente não houvesse ainda maior abundância de regimes opressores, sustentados pelas “democracias”. Condena-se o “totalitarismo” do Leste como fruto do socialismo, para esconder que a tirania nesses países se desenvolveu precisamente sobre a decadência do socialismo, da ditadura do proletariado e do poder soviético. Apresentam-se os regimes parlamentares como modelo de democracia para fazer esquecer que servem de instrumento ao poder absoluto do grande capital e à acumulação de lucros fabulosos.

Renova-se a esperança numa via social-democrata de transição gradual para o socialismo, como se os governos social-democratas não tivessem produzido até hoje apenas bons negócios para a finança e massacres de operários. Espalha-se a esperança na paz e igualdade entre as nações através da ONU, como se a ONU não fosse governada pelas grandes potências. Acena-se com o programa de “desarmamento geral e completo”, como se não fosse à sua sombra que tem prosseguido o armamento geral e completo de todos os países do globo.

Contudo, num ponto há que dar razão aos adversários do marxismo. Não há hoje país nenhum em que exista um partido comunista, autenticamente marxista, capaz de conduzir a classe operária à revolução. Os partidos que se dizem comunistas utilizam o apoio operário para praticar um evolucionismo reformista vulgar. A crise do movimento marxista é um facto indesmentível. A crise do pensamento marxista também. As suas diversas escolas, do revisionismo soviético à “ortodoxia” albanesa, encobrem a ausência de respostas para as aspirações da classe operária com pedaços duma teoria dog-

mática e fossilizada. Nada resta do poder crítico e revolucionário que em tempos fez a força demolidora do marxismo.

Donde vem esta crise do movimento operário revolucionário e das ideias do comunismo? Ela vem de facto das novas condições do mundo moderno, sobretudo daquelas que a burguesia procura esconder.

(Teses apresentadas à I Assembleia da OCPO - Organização Comunista Política Operária, 1984)

A FARSA DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

A farsa da Revolução dos Cravos só foi possível porque a classe operária, politicamente imatura, comeu o isco da “transição para o socialismo” que lhe era oferecido. Aturdida pelo êxito fácil das ocupações, dos saneamentos, das greves, das manifestações, não se apercebeu de que o principal estava para vir. Impunha-se fazer uma revolução dentro da “revolução de Abril”, pôr à prova o progressismo do MFA e do PCP, assumir directamente o confronto com a direita e, nesse processo, passar por cima das forças democrático-reformistas, expulsá-las do poder e instaurar um verdadeiro poder revolucionário.

Toda a audácia de que os operários fizeram prova, e que ainda hoje deixa embevecidos os pequeno-burgueses radicais, era afinal ainda tímida. Por isso era aplaudida. Porque os operários nunca chegaram a sair debaixo das saias do MFA, mostraram “civismo” quando era precisa rebeldia, aplicaram-se na batalha da produção quando era preciso lançar a batalha pelo poder.

Quando o Verão de 75 revelou que o revolucionarismo do MFA era de opereta e as suas armas de papelão, quando o PCP não teve mais para oferecer do que a promessa oca de que “Abril vencerá”, a classe operária ficou desamparada e deixou-se despojar sem luta séria das posições que conquistara. A sua desmoralização actual é o preço da falta de maturidade revolucionária que manifestou nas horas decisivas de 75.

Mesmo hoje, quando já se desvaneceram as últimas ilusões num milagroso “renascer de Abril”, o movimento operário ainda não reconhece que foi enganado na “revolução dos cravos”. Isto significa que os operários estão disponíveis para voltar a cair num novo engano se os comunistas não souberem levar-lhes a lição dos acontecimentos: nada de novo se fará em Portugal enquanto os operários não puserem de pé o seu próprio partido político para a revolução socialista. Só assim ganharão a independência política necessária para romper a cadeia que os amarra ao reformismo e os torna impotentes perante a direita.

(Sem data)

PORTUGAL PRECISA DUMA REVOLUÇÃO

O capitalismo levou Portugal aos umbrais da revolução socialista. Só a revolução socialista pode resolver a contradição fundamental da sociedade portuguesa, a contradição entre o proletariado e a burguesia. A actual ditadura de classe da burguesia não pode ser corrigida ou melhorada. Há que derrubá-la para estabelecer em seu lugar um regime de ditadura do proletariado.

Esta conclusão obrigatória do marxismo tem sido até hoje iludida pelos que no nosso país se dizem comunistas. Interesses políticos e esquemas de alianças estranhos aos interesses da revolução, engendrados pelas diversas correntes pequeno-burguesas, serviram sempre de capa para afastar do horizonte proletário a estratégia para a sua revolução.

Em 64 anos de existência em Portugal, a política comunista não deu ainda nada do que tem para dar ao proletariado, justamente porque nunca lhe deu um programa para a revolução socialista.

O PCP é há largos anos o principal partido da oposição popular à direita e o principal obstáculo ao amadurecimento revolucionário da classe operária. Do comunismo que lhe deu origem já nada resta além dos símbolos e duma grosseira imitação de marxismo.

Partido pequeno-burguês para operários, a sua função é impedir que o movimento operário transponha os limites da ordem, a troco de esperanças difusas numa revolução longínqua por etapas suaves. Sob a sua direcção, os operários conformam-se a ir lutando por reformas mínimas, amarrados à chantagem de não espantar os democratas.

A “revolução democrática e nacional” que o PCP lhes promete como primeiro passo em direcção ao socialismo é ainda uma forma de lhes impor moderação e obediência perante a burguesia liberal.

Assim, o PCP cria um círculo vicioso, desmobilizando as massas com o seu reformismo para depois rebaixar as formas de luta porque as massas estão desmobilizadas.

Arrancar o grosso da classe operária à influência do PCP para o reagrupar em posições revolucionárias é a tarefa fundamental da actual luta de classes no nosso país.

Também o PC(R), que chegou a agrupar uma minoria operária revolucionária, mergulha no oportunismo por sempre ter tentado

iludir a contradição principal proletariado-burguesia e a tarefa da revolução socialista em Portugal.

A fusão do revolucionarismo proletário com o democratismo pequeno-burguês na via intermédia, centrista, da “revolução democrático-popular” alimentou no PC(R) sucessivas correntes oportunistas, a que se tentou opor pela radicalização superficial das palavras de ordem imediatas e das formas de luta, fazendo-lhe perder o crédito de que inicialmente desfrutara junto da vanguarda operária.

Mesmo depois de ter sido forçado a reconhecer o oportunismo da “via do 25 de Abril do povo”, o PC(R) continuou a recusar-se a fazer uma crítica séria ao seu centrismo, e em vez disso redobrou na campanha contra o “esquerdismo”. A desagregação ideológica em que actualmente se afunda fez a prova de que não existe espaço para uma política intermédia, de parasita de esquerda do PCP, semelhante à dos trotskistas e de outras correntes reformistas de cor radical.

Para formular finalmente o programa da revolução socialista em Portugal e levá-lo aos operários avançados a fim de o tornarem no seu próprio programa, é necessário vencer o preconceito reformista enraizado nas massas de que a revolução surgirá espontaneamente pela simples acumulação de pequenas conquistas. É tempo de compreender que, quanto mais os operários moderam as suas ambições políticas “para não prejudicar os ganhos imediatos”, mais perdem a confiança em si próprios, mais se dividem, mais fracos se encontram, mais condenados ficam a ceder.

Demonstrar que a revolução proletária é o único avanço possível e real na sociedade portuguesa, verificar como se alinham as classes perante ela, prever o seu caminho com base na experiência vivida, encaminhar para esse alvo os combates parciais de cada dia – esta é a condição para o surgimento duma vanguarda operária organizada em Partido Comunista, que leve a bom termo a tarefa até hoje sempre adiada da revolução.

(...)

A formação social portuguesa é hoje exclusivamente capitalista. Nessa medida só há uma contradição estrutural – a contradição entre o proletariado e a burguesia. Este seu estatuto permite que a consideremos a contradição fundamental. Atravessa tanto a indústria como a agricultura, os transportes, as pescas, etc. A reprodução das relações capitalistas assenta na exploração da mais-valia e na acumulação do capital. À volta desta relação fundamental e noutro plano situa-se um mar infundável de outras contradições entre vários tipos de propriedade e sectores sociais a eles ligados. São contradi-

ções resultantes da luta pela valorização do capital que reflectem em última instância uma luta pela repartição da mais-valia entre todos os sectores da burguesia, da pequena à grande, seja na indústria ou na agricultura.

(...)

Todas as transformações no aparelho produtivo e a construção de correntes financeiras vão produzir alterações globais nas classes sociais em Portugal. Embora não possamos fazer afirmações seguras sobre os caminhos das mudanças que se estão a verificar, pensemos que futuras análises se deveriam debruçar entre outros assentos aos seguintes:

- Quem constitui o núcleo da grande burguesia?
- Que diferenciação se verifica no seio da pequena e média burguesia não monopolista?
- Que transformações se estão a verificar na estrutura do emprego em Portugal?
- O proletariado depois de ter crescido nos anos 70, conheceu nos anos 80 uma estabilização se não mesmo uma ligeira diminuição. Qual a estrutura do proletariado hoje, sua distribuição e peso numérico face a todas as outras classes?
- Que transformações sociais se vivem hoje no campo?
- Que influência terá para a estratégia do proletariado a diminuição da população activa da agricultura e o facto de os sectores de serviços serem desde 1981 dominantes na estrutura de emprego?

(...)

Todas as correntes oportunistas apontam ao proletariado um vasto campo de aliados. Das derrotas em anteriores processos revolucionários tiraram como lição a falta de um campo mais vasto de apoio à revolução, idealizam um esquema de alianças onde também entram inimigos dessa mesma revolução. Pretendem aligeirar a relação de forças com ideias sedutoras sobre, os vastos campos de unidade. É tempo de olharmos friamente para as classes sociais em função dos seus reais alinhamentos políticos. Vender inimigos por amigos, por muito sedutor que seja, não deixa de ser oportunista. Apesar de já nos termos debruçado várias vezes sobre o oportunismo em matéria de estratégia, tanto do PCP como do PC(R), convém recordar que para o primeiro as alianças vão até aos sectores da burguesia que não sejam monopolistas ou estejam ligados ao desenvolvimento do mercado nacional. Na busca de aliados para o proletariado e sua

revolução acabaram por abdicar dessa mesma revolução, levando o proletariado a aliado esforçado de sectores da burguesia. O PC(R), não sendo tão ousado, acaba por fazer o mesmo. Sonha com a neutralização de alguns sectores da média burguesia depois de considerar toda a pequena burguesia como força da revolução. Também para si o campo revolucionário envolve 90% da população, ficando de fora só os “tubarões”. O oportunismo destas correntes, para além das suas particularidades, assenta na fuga à revolução socialista, à independência política do proletariado, ao rebaixamento das suas tarefas de classe ao nível do democratismo burguês, não considerando obrigatório na etapa actual a tomada insurreccional do poder contra toda a burguesia e a consequente instauração da ditadura do proletariado.

(...)

A erupção de camadas sociais assalariadas sem propriedade mas improdutivas provocou um terramoto nas teorias políticas. Todos se apressaram a esconder o fundamental – quem faz trabalho produtivo, ou seja, quem cria mais-valia, para realçar o secundário – ser assalariado sem propriedade. Estes sectores estão fora do eixo de produção. O seu trabalho surge depois de a mais-valia estar criada, no caso dos administrativos, ou para criar novas condições de exploração e produção, no caso dos técnicos. O seu papel pertence à esfera da circulação das mercadorias e à realização da mais-valia criada. Por aqui continua nos dias de hoje a passar a fronteira entre o proletariado e todas as outras classes. Fugir a isto, mesmo em nome do marxismo, é revisionismo pequeno-burguês.

(...)

O engodo pela aliança com os sectores assalariados da nova pequena burguesia explica também como o socialismo do PSR é um rol de apelos a paz, amor, liberdade, humanidade, etc. O discurso político e de classe é substituído pelo discurso da razão. Trata-se em nosso entender de mais uma forma de oportunismo pois mistifica e impede o proletariado de ver claro as fronteiras entre as classes e seus interesses, em especial as que lhe estão mais próximas. Note-se que tem sido dessas camadas que têm saído os mais variados movimentos e correntes oportunistas. Hoje são muitos destes sectores que, integrados no regime democrático burguês, animam movimentos sociais com o objectivo de limitar os estragos e as proporções da dominação burguesa, da barbárie imperialista. São movimentos que partindo de denúncias justas as encaminham num sentido reformista pequeno-burguês. O proletariado tem que ter em relação a esses movimentos uma visão crítica e uma táctica que permita anular as

suas vacilações e inconsequências reformistas para as integrar na sua luta mais geral pela revolução proletária.

(...)

Nesta fase de reconversão do aparelho produtivo, o capital tenderá a concentrar a produção em novas bases tecnológicas. Esta orientação vai provocar dois processos no seio do proletariado. Por um lado, vai criar o chamado desemprego tecnológico. Por outro, e internamente, o proletariado vai conhecer um processo de diferenciação em que o aspecto fundamental é o surgimento nas empresas de novos sectores especializados ligados às novas tecnologias, que lutam por um enquadramento, direitos e regalias acima dos restantes operários. Estes sectores poderão constituir-se numa nova aristocracia, integrada e defensora do regime, assumindo um papel divisionista nas lutas do proletariado. Embora sejam mais explorados com as novas condições de trabalho, isso não impede que socialmente se tornem na fracção burguesa do proletariado, a semelhança do que aconteceu em todos os países capitalistas. É um fenómeno típico do imperialismo.

O semiproletariado produtivo, fracção da pequena burguesia em proletarização, constitui o primeiro aliado do proletariado. O semiproletariado industrial marca mesmo a ponte para a luta operária chegar às aldeias. Nestas, o semiproletariado agrícola, juntamente com os assalariados rurais, são uma força da revolução. Estes sectores devem, no entanto, ser vistos como instáveis e sujeitos a diferenciação. Uma parte entra mesmo para o proletariado, outra tenderá a fixar-se a uma pequena propriedade. Esta última tendência, não sendo a principal, deve ser considerada.

Como segundo aliado do proletariado, encontraremos o semiproletariado improdutivo, esmagadoramente urbano. Pelo seu trabalho, rendimentos e condições de vida, aproxima-se do proletariado.

Entre a burguesia propriamente dita e os sectores atrás referidos, situa-se uma enorme massa assalariada não produtiva mas também sem propriedade. Há autores que se referem a estes sectores como a nova pequena burguesia, distinguindo as camadas baixas e altas. Outros definem-nos como semi-pequena-burguesia, distinguindo também as camadas inferiores e superiores. Como classe social, tenderá a comportar-se, na iminência de uma revolução proletária, como uma reserva activa da burguesia. É natural que uma ou outra franja, em especial das camadas baixas, se possa aliar à revolução. No entanto, tal possibilidade não anula o seu sentido político geral, que, olhando para 74-75, como classe, será levada a tomar.

Será aí que o núcleo central da burguesia irá buscar as suas últimas esperanças para conter a revolução.

Quanto ao campo, talvez a parte mais difícil de analisar, gostaríamos de referir que as esperanças oportunistas em movimentos democráticos camponeses devem ser denunciadas. A própria evolução do capitalismo se encarregará de mostrar como essas esperanças só servem para esconder e diluir a luta dos assalariados rurais e do semiproletariado agrícola. As mudanças estruturais no campo irão produzir também mudanças sociais. Podemos no entanto considerar que todos os sectores que tenham terra e possam explorar o trabalho assalariado, ainda que ocasionalmente, tenderão a alinhar com o regime capitalista contra a revolução. As transformações que se avizinham, pelo salto que a penetração capitalista está a dar no campo, quanto à posse da terra, aos processos produtivos e de comercialização, irão originar inevitavelmente um processo de diferenciação em todas as camadas e fracções da burguesia ligadas à exploração da terra. Será de prever uma maior polarização das classes, com base na diminuição das propriedades, em especial médias, em favor das grandes. Uma nova classe capitalista, mais reduzida mas na posse de mais terras, praticando uma agricultura mecanizada, vai liderar a chamada modernização e reconversão da agricultura portuguesa. Serão estes sectores que constituirão o inimigo principal da revolução nos campos. Será este núcleo que arrastará todos os outros sectores proprietários para a contra-revolução, como resistência à luta do proletariado agrícola pela colectivização e socialização.

Para terminar estas notas gerais sobre alguns aspectos para a elaboração de um programa para a revolução socialista, queríamos realçar a ideia de que a revolução não será obra do acaso. Por muitas e profundas crises que o capitalismo venha a conhecer, por muitos e amplos fluxos da luta de massas que se venham a verificar, tudo vai depender da existência ou não de um partido comunista solidamente implantado no proletariado. Só assim se garantirá a independência política da classe operária, bem como o seu papel de vanguarda do movimento popular revolucionário que se vier a criar. Não é a maior ou menor extensão ou peso político dos OVPs [órgãos de vontade popular] que decidirá da evolução. Tal como em 74-75, o processo revolucionário poderá ser contido se não houver um estado-maior que não deixe o movimento contentar-se e autoconsumir-se com algumas conquistas parciais. Orientações e espírito de decisão para organizar e preparar o assalto insurreccional ao poder burguês e a formação de um governo revolucionário provisório enquanto órgão

da insurreição só poderão sair de um partido comunista. Não um partido para asfixiar a luta de massas ou cortar o espírito espontâneo do movimento, mas sim para unir e orientar num sentido revolucionário todas as lutas parciais; quando certas forças políticas tanto elogiam a autogestão ou o espontaneísmo de base, tal facto deve-se à sua recusa a lutar pela revolução. Escondem o seu desejo de impedir a organização consciente do proletariado para a tomada violenta do poder.

Sabendo que os partidos políticos expressam correntes de classe, que outro caminho resta ao proletariado senão a sua própria organização política? Não só nos períodos de estabilidade como de instabilidade, e ainda mais nas horas críticas de crise do regime, os partidos assumem para todas as classes um papel indispensável. Toda a burguesia se entrincheira nos seus partidos naturais, contando aí os partidos sociais-democratas. No panorama actual, do PRD ao CDS, passando pelo PS e PSD, todos seriam activos na contra-revolução. Nessa altura, a ala esquerda da burguesia toma a hegemonia da contra-revolução, empurrada pela ala direita. Dos incêndios às sedes dos que consideram ser os partidos da revolução, até à Fonte Luminosa, foi um passo que tenderá a repetir-se, ainda que com outras cenas e porventura outros actores.

Mas na iminência de um processo revolucionário e da resistência burguesa, o PCP irá ter um papel particular. A este propósito, 74-75 também é ilustrativo. Tentando uma terceira via impossível de existir, o PCP tenderá, na medida em que o processo revolucionário avance, a contê-lo, comportando-se como a última trincheira do regime. Não podemos excluir convulsões internas, com o deslocamento de alguma da sua base operária para o campo da revolução. No entanto, tal facto não anula a visão que devemos ter do PCP como partido pequeno-burguês oposto à revolução proletária, disposto a negociar com a ala esquerda da burguesia uma saída democrática e constitucional para a crise do regime.

O proletariado tem que estar organizado de forma independente para também nas horas decisivas não se deixar amarrar por qualquer corrente burguesa ou pequeno-burguesa. Só na medida em que tenha o seu próprio projecto político de sociedade socialista é que ganha força para lutar por ele. Também só assim poderá anular as tendências menores que poderão surgir pela "esquerda": desde o elogio da espontaneidade até às acções directas, irá aparecer toda uma gama de correntes pequeno-burguesas com cor revolucionária que, não sendo um grande perigo, têm que ser neutralizadas.

Como grupo comunista, não podemos perder o alvo central da nossa luta: a criação do partido comunista. O cumprimento de tal tarefa obriga-nos a encarar como urgente o avanço no campo teórico para a elaboração de um programa político para a revolução. Só assim poderemos garantir a evolução política do nosso grupo para formar uma corrente comunista nova. Assim estaremos em condições de ir agregando sectores operários para a luta pelo seu caminho independente da revolução. Pelo avanço na elaboração do programa, pela persistência política para a construção de uma corrente proletária independente, estaremos seguramente a dar passos para a criação do partido comunista em Portugal.

O TRIUNFO DA PEQUENA BURGUESIA

O traço característico do último meio-século é pois a apropriação do marxismo-leninismo pela nova burguesia e pequena burguesia de “esquerda”, que o transformou numa arma suplementar de acorrentamento do proletariado. O reformismo completou a obra do terror.

(...)

A pequena burguesia é a caixa de ressonância de todas as modas lançadas pela burguesia. Transporta para o seio das massas proletárias e semiproletárias a ideologia burguesa e imperialista mascarada numa versão “popular” atraente. Sem o veículo da ideologia pequeno-burguesa seria impossível à grande burguesia manter os operários domesticados.

(...)

Todas as causas pequeno-burguesas têm o mesmo traço comum: são guerras fingidas que nunca atingem um alvo concreto, justificam os privilégios da pequena burguesia, apoucam o proletariado, alimentam a ideia de que o capitalismo é eterno e de que a maneira de ser burguesa corresponde à “natureza humana”.

É preciso desmistificar a lenda de que a classe operária só pode obter êxitos se se puser ao serviço de movimentos democráticos burgueses: pelas liberdades, pela paz, contra o imperialismo, o FMI e os monopólios, etc. Essas lutas têm que ser conduzidas pela classe operária como lutas suas, com a sua intervenção e as suas reivindicações próprias, procurando arrancar a sua direcção das mãos da burguesia democrática.

A política revolucionária de alianças do proletariado não consiste em inventar reivindicações comuns a todo o povo, aceitáveis

para a pequena burguesia, mas em saber utilizar as reivindicações parcelares, limitadas, das diversas classes populares, ao serviço das reivindicações integrais', não-truncadas, do proletariado. Não é rebaixando-se ao nível comum de todo o povo mas desdobrando as suas exigências revolucionárias sem disfarces, com energia, que o proletariado poderá ganhar aliados, para si e deixar de servir de aliado dos outros, como até hoje tem acontecido.

Criar um Partido Comunista como ainda não houve em Portugal é afinal a chave da viragem que se impõe na luta de classes. Partido Comunista - partido operário revolucionário guiado por um programa marxista para a revolução socialista; partido capaz de construir uma firme disciplina e unidade de combate sobre uma larga democracia como não é possível em nenhum outro partido; partido de acção de massas e de pensamento avançado; partido de luta abnegada contra o Capital.

Preparar a fundação desse partido, pelo qual os operários de vanguarda têm lutado em vão desde a revolução soviética de Lenine é o nosso objectivo. Por isso nos constituímos em agrupamento para lançar os alicerces do programa, da estratégia, da tática, da organização do futuro Partido Comunista. Chamamos a essa tarefa todos os operários avançados, todos os revolucionários marxistas.

(Extractos do texto "Notas para a elaboração do programa" publicado na Tribuna Comunista, boletim interno da Organização Comunista Política Operária, em Maio de 1986)

O FERMENTO

Nas fábricas, o movimento contra o governo chega a uma encruzilhada. As concentrações da última semana tiveram uma adesão frouxa, escusado negá-lo. E não por cansaço, mas por perplexidade. Depois das grandes manifestações e das greves, uma certa reflexão percorre as fábricas. Há ideias que saltam de secção a secção, de empresa a empresa, de bairro a bairro, à margem dos aparelhos de controlo. Há perguntas que ficam no ar: “Se o governo continua a desafiar a nossa condenação, o que faremos? Está visto que são precisos argumentos mais fortes – mas quais? Vamos fazer tudo para os derrotar nas eleições, mas vai ser para virar mesmo? Ou vamos ter que carregar às costas mais uns vigaristas? Aquilo que já foi roubado à Reforma Agrária, alguém se convence que vai ser devolvido pelos que vierem se não houver muita cacetada? E os salários, como é que vão agarrar a inflação se isto não levar uma grande volta?”

Esta insatisfação que cresce ainda não chegou para romper a ordem dos plenários. Aí a velha traquitana vai seguindo nos seus solavancos. É a força do hábito, os controleiros a espreitar pelos cantos, o medo de ser o primeiro a levantar a voz, o medo de ficar isolado, o fadinho da “unidade”. Enfim, as misérias do reformismo.

Mas nas secções há súbitas explosões de azedume, há ditos sarcásticos, há uma frieza que afasta a massa dos chefes e dos especializados bem falantes. Aqui, é uma lista revolucionária que aparece eleita para a CT porque umas dezenas de votos fugiram imprevistamente à disciplina. Além, é uma inesperada comissão de luta que se forma para ultrapassar a moleza do sindicato e da CT. Mais além, é uma discussão que rebenta porque o chefe sindical é acusado de ter conduzido propositadamente a luta a um beco sem saída para encastrar o movimento. À porta de uma empresa química, um operário começa a esbravejar: *“Enquanto andarem nessas águas mornas não vou ao sindicato, ou julgas que estou para fazer de palhaço?”*

A jornada de 21 vem aí. Ninguém poderá evitar que as interrogações cresçam. A classe operária não desiste de querer compreender e querer agir por si. Desconfia dos bajuladores que a convidam a alinhar no desfile, a meter o voto e a não fazer perguntas demais. O fermento está a trabalhar a massa.

Tudo está em saber se este fermento vai ser mais uma vez engolido pelas promessas moles, pelas tintas, pelas traições descartadas em nome do “realismo”, pelo hábito de se deixar ir na onda. Ou se vai pelo contrário condensar-se num núcleo de resistência, num exemplo, numa contra-corrente. A ti, que te parece?

(Em Marcha, *coluna Tiro ao Alvo*, 12 Junho 1980)

QUESTÃO NA ORDEM DO DIA

O assassinato do administrador-polícia da Fábrica de Loijas de Sacavém, Monteiro Pereira, desencadeou um coro de exclamações horrorizadas. A direita, puxando ao sentimento, apresentou-o como um mártir do dever. Os liberais saltaram em defesa da “convivência e tolerância”. E o PCP e a CGTP, como era de esperar, não faltaram a cacarejar o seu repúdio alvoroçado. Os operários é que não foram no choradinho. Era ouvi-los comentar nas ruas com tranquilo bom-senso: *“É um fascista a menos Não se perdeu nada”*.

Os operários podem ter poucas luzes de política. Mas hipócritas não são. E só por hipocrisia pode alguém estranhar que um cidadão do calibre de Monteiro Pereira morra num atentado.

Para “restabelecer a disciplina e a produtividade”, este ex-oficial da GNR despediu 48 delegados operários, puniu mais 84, fez invadir a fábrica por 300 GNRs, mandou saquear as instalações da comissão de trabalhadores, sufocou a greve, desgraçou a vida a centenas de operários. Então...?

Quem semeia ventos colhe tempestades. Digamos que tinha escolhido uma profissão arriscada. A sua morte pode considerar-se como um acidente de trabalho.

Entendamo-nos. Os atentados das FP-25 não têm nada a ver com a luta operária. Matando um homem odiado pelos trabalhadores, os suspeitos “vingadores do povo” das FP-25 procuram juntar um capital político para fins obscuros. Se não são teleguiados pela direita, vão-lhe muito ao jeito.

Mas o dr. Álvaro Cunhal aproveita a condenação do terrorismo para fazer esquecer que Monteiro Pereira era um carrasco justamente odiado. Não diz que a sua morte regozijou os trabalhadores. Ataca em bloco toda a ideia de responder à repressão.

O que o PCP quis dizer com o seu repúdio foi – à burguesia: “Vejam como somos adeptos da ordem” – e aos operários: “Cuidado, não respondam à violência, que isso é provocação”. Tal qual como na Reforma Agrária. Com os resultados que se conhecem.

A luta operária não precisa dos atentados das FP-25. Rejeita-os. Mas rejeita-os porque precisa de outros meios mais eficazes de resposta à violência crescente da burguesia. A burguesia tem que deixar

de sorrir desdenhosa perante os operários que saem à rua com fome. A burguesia tem que começar a levar os operários a sério. Essa é uma questão na ordem do dia. Queira-o Cunhal ou não.

(Em Marcha, coluna Tiro ao Alvo, 22 de Dezembro de 1982)

PALAVRAS DE AMOR

Atendendo inúmeros pedidos de leitores desejosos de uma trégua no ódio de classes nesta quadra festiva do Natal, troco hoje o “Tiro ao Alvo” por um apelo ao Amor.

Aos operários da Lisnave, Setenave, Messa, etc., que receberam uns escudos por conta dos salários em atraso e que esperam a vez de ser despedidos, aconselho vivamente resignação e paciência. Trabalhai mais e melhor para mostrar aos vossos exmos. gestores e patrões e ao Sr. Presidente da República o vosso desejo de recuperar a economia nacional. Não vos deixeis cair na tentação do protesto, da greve ou da manifestação ruidosa, que semeiam a perturbação na ordem pública. Muito menos vos deixeis arrastar para actos irreflectidos e criminosos como o sequestro dos vossos superiores.

Aos moradores despejados com os seus tarcos pela autoridade, peço moderação e comedimento. Por duro que vos pareça passaras noites ao relento com as crianças debaixo das pontes, lembrai-vos que o direito de propriedade é o mais sólido alicerce desta nossa sociedade democrática.

Aos jovens contratados a prazo, amargurados pela incerteza do dia de amanhã, peço que ponderem as dificuldades dos vossos patrões. Procurai merecer pela vossa diligência o lugar que vos deram e, se tiverdes que ser dispensados, pensai que muitos outros conhecem os horrores do desemprego.

Aos desempregados sem subsídio, forçados a viver à custa de esmolos, aos assalariados do Alentejo, desiludidos dos sonhos vãos na Reforma Agrária, aos camponeses arruinados, a todos exorto a que não se deixem arrastar para marchas da fome e descatos que ofendem os corações bem formados.

Aguardai serenamente que as instituições democráticas escolham um homem recto para governar o país, seja ele o prof. Victor Crespo, o prof. Mota Pinto ou o prof. Freitas do Amaral. Embora muitos de vós possam descrer, há nesta quadra do Natal quem se debruce com sincera piedade sobre os vossos sofrimentos. Confiai no general Ramalho Eanes e no dr Álvaro Cunhal.

Por último, pensai que talvez aquilo que hoje sofreis seja a expiação pela vossa soberba e arrogância de 1975, quando julgastes

poder ditar a vossa vontade à sociedade estabelecida. Sabei que a voz dos pobres jamais prevaleceu neste mundo. A não ser quando pegaram em armas contra os ricos. Mas isso é um grande pecado. Amén.

(Em Marcha, coluna Tiro ao Alvo, 29 Dezembro de 1982)

TRABALHADORES

(...)

Todos os operários sabem mas nunca é dito em público: há uma sucessão de pequenos degraus entre as categorias operárias e depois um enorme salto para os vencimentos dos quadros. A imagem que se procura criar de uma massa de “colaboradores” da empresa, do aprendiz ao engenheiro e ao chefe, não tem nenhum fundamento.

Os chamados “trabalhadores” da indústria compõem-se de uma enorme massa operária mal paga e uma nata de quadros e especializados, a ganhar 2, 3 e 4 vezes mais. Há dentro das empresas uma elite encarregada de chefiar, enquadrar, controlar e espremer os operários, elite que é recompensada por este serviço com vencimentos muito “interessantes”.

Isto quer dizer que os operários defrontam dentro da empresa dois inimigos: o capitalista, o patrão, e o quadro, agente do capital. Isto quer dizer que os operários, para defenderem os seus interesses imediatos, não podem abrir as suas comissões aos quadros, nem unificar a sua luta com as reivindicações dos quadros. Isto quer dizer que a aliança ou a neutralização daqueles quadros que não querem ser sabujos do patrão tem que se fazer com rigorosa independência dos operários. Perguntem ao PCP o que pensa disto.

Desembaraçar o movimento operário da ideia venenosa de que a nitidez dos contornos das diversas classes seria “sectarismo” é um passo indispensável para qualquer avanço. Para poderem chegar um dia a conduzir a luta de todo o povo, os operários têm que começar por diferenciar-se resolutamente. Essa conversa de “trabalhadores” tem água no bico.

(Em Marcha, coluna Tiro ao Alvo, 19 de Janeiro de 1983)

ANTI-HISTÓRIA

Quem deve assumir as culpas pela fácil vitória da direita no 25 de Novembro: o PCP ou a extrema-esquerda? O debate, que alguns tomam como quezília inútil entre vencidos, vem muito a propósito neste 20º aniversário da queda do fascismo.

“O esquerdismo facilitou a contra-revolução”, repetiu há dias, pela centésima vez, Carlos Brito, numa assembleia do PCP consagrada ao 25 de Abril. É bom que continuem com a cantilena, que equivale a uma confissão. Na verdade, a campanha contra os malefícios do “esquerdismo” contém muito mais do que a busca dum bode expiatório, ou a tacanha arrogância de quem se julga dono do movimento e não tolera o desrespeito pelas suas “directivas”; ela resume a linha política real do PCP melhor do que todos os quilómetros de resoluções do comité central.

O caso é que o PCP ainda não conseguiu, e provavelmente nunca conseguirá, digerir este facto, assombroso e desnorteante à luz do seu “marxismo”: a vaga popular espontânea que galgou os limites da democratização fixados pela Junta de Salvação Nacional e modificou *anarquicamente* todas as regras do jogo.

Apenas uma semana após o 25 de Abril, Cunhal e os seus amigos descobriam com apreensão e alguma amargura que os trabalhadores, manifestando-lhes reconhecimento pelo seu passado de resistência ao fascismo, não se contentavam com a liberdade outorgada e davam ouvidos às mais estranhas ideias. Os factos políticos começaram a ser criados na rua e nos plenários, ao sabor de agitadores de ocasião – desde o saneamento de administradores à ocupação de casas, à proposta de igualização dos salários ou à exigência de independência imediata para as colónias. Comissões *ad hoc*, eleitas em assembleia e com uma composição imprevisível, assumiram a direcção dos acontecimentos.

E, facto alarmante para o PC, as iniciativas vanguardistas, provenientes de pequenas minorias, popularizavam-se prontamente e em breve se tornavam corrente dominante, sem ter em conta os ritmos previstos e deitando por terra os equilíbrios laboriosamente negociados ao nível do governo ou da Junta. O PC encontrou-se assim na

situação desconfortável de ter que pedir às massas que se comportassem ordeiramente para não comprometer a sua credibilidade perante os parceiros do governo. Como não foi obedecido, criou a psicose das “provocações esquerdistas”, que transviavam o bom senso dos trabalhadores.

Ora, os “esquerdistas”, pulverizados em grupos e grupinhos (maoístas, anarquistas, anarco-sindicalistas, anarcocomunistas, guevaristas, leninistas...), numericamente insignificantes, sem experiência política, só deviam a sua inesperada influência ao facto de irem ao encontro do estado de espírito da vanguarda. E foi assim ao longo de todo o primeiro ano, até às eleições para a Constituinte, como mostram numerosos episódios entretanto apagados e hoje esquecidos de quase todos.

O “PARTIDO DE VANGUARDA” FICA PARA TRÁS

Quem se lembra de que, pouco mais de um mês após o 25 de Abril, José Magro, dirigente do PC, foi expulso dos CTT por acusar a greve (que nós apoiávamos) de pretender *“fomentar um clima de descontentamento e de revolta que só à reacção e ao fascismo aproveitam”*? Ou de que a primeira resposta da Intersindical às greves que proliferavam como cogumelos foi considerá-las *“inoportunas”* e *“encorajadas pela reacção”*, enquanto Cunhal admoestava que *“a greve generalizada pode levar ao caos”*? Ou de que o slogan *“nem mais um só soldado para as colónias”*, lançado pelos maoístas, foi adoptado pelo povo nas manifestações, apesar da desaprovação do PC?

Nesse Verão, enquanto os “esquerdistas” ajudavam febrilmente os moradores das barracas a ocupar casas, faziam piquetes à porta da Penitenciária para não deixar soltar os pides, exigiam a libertação dos primeiros presos políticos da democracia, activavam as primeiras ocupações, o PC afadigava-se a cuidar dos sindicatos e do MDP, a prevista *“frente popular”* que acabou como refúgio de democratas moderados, ou enredava-se nas tricas do Conselho de Estado e do Governo Provisório, sem perceber que a corrente popular derivara para outros canais.

Com os operários das multinacionais (Timex, ITT, Applied, etc.) a lutar contra a sabotagem económica, o *Avante* deitava água na fervura, assegurando que *“o investimento estrangeiro tem ainda vastas possibilidades de uma vantajosa e larga retribuição”*. A greve da TAP, que formulou reivindicações avançadas, foi difamada em comunicados do PCP: Em Setembro, quando os operários da Lisnave puseram

Lisboa em estado de choque, desfilando a exigir o saneamento dos administradores comprometidos com o fascismo, andava o PC a ver se apaziguava Spínola com uma manifestação de homenagem... O “partido de vanguarda” dava conselhos de prudência que não eram escutados, anunciava “conquistas” que o movimento já tinha deixado para trás, e, a cada passo, via com desgosto os seus militantes deixarem-se *envolver* pelos “esquerdistas”.

O perigo de *contágio* tornou-se evidente na euforia do 28 de Setembro, que pôs lado a lado militantes “comunistas” e “esquerdistas”, nas barragens contra a “maioria silenciosa” e no assalto às sedes dos grupos fascistas. Alarmados com esta confraternização, os chefes do PC passaram a ter que manobrar em todas as frentes: dentro do governo e do MFA, com a rua, junto da sua própria base... num esforço esgotante de “desdobramentos tácticos” para criar uma atmosfera de confiança no Governo, Cunhal assinou a lei antigreve (que acabou por não ser aplicada devido ao repúdio dos trabalhadores); apelou à oferta de um dia de trabalho “para a Nação”; aconselhou os monopólios a “*tirar uns tostões dos seus próprios bolsos para satisfazer as justas reivindicações dos trabalhadores*”; condenou as primeiras ocupações de herdades no Alentejo, apoiadas pelos “esquerdistas”.

EM DEFESA DA ORDEM

Ao entrar o ano de 75, quando a pressão do PS e PPD já provocava sinais de clivagem no seio do MFA, o PC endureceu a batalha anti-esquerdista. O cerco ao congresso do CDS no Porto, levado a cabo pelos “esquerdistas” com largo apoio popular, uma das acções que mais fizeram progredir a consciência política dos trabalhadores do Norte, foi condenado como “acto desordeiro”. No 7 de Fevereiro, com milhares de operários a protestar na rua contra a entrada no Tejo da esquadra da NATO, Octávio Pato veio para a televisão comparar a manifestação à da “maioria silenciosa” e pedir um acolhimento amistoso aos marinheiros americanos! Às vésperas do 11 de Março estava Joaquim Gomes no Pavilhão dos Desportos a dizer aos oficiais da PSP e da GNR “*confiamos em vocês e esperamos que confiem em nós*”. No decurso do golpe, enquanto os “esquerdistas” acorriam ao Ralis e saqueavam a casa de Spínola, o PC ordenava aos seus militantes a máxima contenção, para não agravar as desinteligências entre os militares. Em 19 de Maio, para mostrar à GNR que não havia que temer radicalismos, Miguel Urbano Rodrigues sentou-se ao lado deles numa homenagem a Catarina Eufémia, em Baleizão!

Se o 25 de Abril foi algo mais do que uma vulgar liberalização, isso deveu-se à irrupção popular incontrolável desses primeiros meses. O PCP **opôs-se-lhe**, por ver nessas iniciativas uma ameaça à “consolidação da democracia”: ou porque poderiam dividir o MFA, ou hostilizar as classes médias, ou cair numa provocação imperialista... Para os líderes do PC, o “desenvolvimento do processo revolucionário” consistia num trabalho exaustivo de atracção dos sectores moderados, de neutralização de adversários, de hábeis manobras de cúpula. Cultivavam uma imagem de “vanguarda responsável” que sabe para onde vai e obtém avanços sem necessidade de *desordens*, o que agradava à massa moderadamente “progressista” mas à custa dum corte crescente com a vanguarda do movimento. Assim, num período de agitação revolucionária, em que **tudo dependia** do protagonismo da vanguarda com o resto a vir por arrasto, o PC distanciou-se dela e hostilizou-a. É isto que permite apontá-lo como o responsável pela derrota do campo popular face à direita.

O VERÃO DA AGONIA

Os seis meses seguintes, geralmente apresentados como o “auge da revolução”, foram na realidade a sua agonia tumultuosa. Tudo fora jogado e perdido no primeiro ano. Se, até aí, o movimento fizera uma avançada fulgurante, isso devera-se à cobertura das unidades militares afectas à esquerda. Nunca tivera que defrontar uma oposição séria; as duas tentativas da direita foram tão ineptas que ainda favoreceram mais a radicalização do processo. Por isso, quando, com as eleições, a burguesia e a vasta massa popular sob sua influência afirmaram, com a votação maioritária no PS e no PPD, o anseio de pôr termo à “bagunça”, a esquerda ficou desamparada. Se o povo não queria a revolução, podiam os revolucionários impô-la?

Na realidade, a convocação precipitada de eleições, antes de estarem cumpridas as tarefas primárias de liquidação da ditadura – prisão e julgamento dos fascistas, criminosos de guerra e reaccionários; reconhecimento da independência das colónias; expropriação do grande capital; reforma agrária – foi uma **cedência** do MFA à pressão imperialista e uma oportunidade graciosamente oferecida à burguesia para restaurar a ordem. Fortalecida com a autoridade do voto popular, a burguesia retomou a iniciativa e lançou-se na acumulação de forças para a contra-revolução.

Nesta nova etapa, revelou-se toda a fragilidade da extrema-esquerda, que alimentara não poucas ilusões no guarda-chuva mili-

tar e não se preparara de forma alguma para o momento inevitável da luta pelo poder. As suas ruidosas acções de força que se multiplicaram durante o “Verão quente” (República, Renascença, manifestação pelo COPCON...) chocavam-se contra o muro da conspiração contra-revolucionária que avançava passo a passo. Com uma parte dos grupos maoístas negociando a fusão num partido único no pior momento; com outra parte (AOC e MRPP) a fazer causa comum com o PS e com os Nove, ou seja, efectivamente ao serviço da reacção; com outros ainda (PRP, MES) embrenhados em conspirações de quartel e na disputa de caudilhos militares; com os anarquistas exibindo a sua soberana indiferença pelas necessidades reais do movimento – a extrema-esquerda não foi capaz de reganhar a iniciativa, apesar da justeza de acções pontuais como o assalto à embaixada de Espanha, a defesa das sedes no Porto, ou um lançamento, tarde de mais, de uma organização independente de soldados.

Do lado do PC, todavia, o problema não era de fragilidade ou de imaturidade mas de busca calculista de uma saída airosa da *balbúrdia* que lhe garantisse uma posição estável na futura democracia. Vendo a sua cotação com *pára-raios* popular baixar vertiginosamente à medida que a burguesia readquiria confiança em si própria, escorraçado do governo pela assembleia de Tancos, com as sedes queimadas pelos fascistas, empurrado para diante pela onda de ocupações de terras no Alentejo e Ribatejo, nem por isso o PC se aproximou dos “esquerdistas”, embora uma parte dos militantes o desejasse. A táctica seguida visou essencialmente conduzir os trabalhadores às *boas*, à resignação face ao “restabelecimento da ordem” e negociar um entendimento qualquer com os militares golpistas. As grandes jornadas de massas de Agosto, o cerco à Assembleia, etc., serviram à direcção do PC apenas para regatear as condições desse acordo.

AS CULPAS DO PC

A nossa resposta à acusação de que “o esquerdismo facilitou a contra-revolução” pode resumir-se assim:

- 1) Desde o primeiro dia, havia que apostar tudo na livre expansão da iniciativa da rua, numa ofensiva permanente que desse confiança aos explorados, mantivesse os reaccionários à defesa, não lhes desse fôlego para se reorganizar, desarticulasse os aparelhos de poder e paralisasse a instabilidade dos sectores intermédios. Em vez disso, o PC envolveu-se num tortuoso jogo duplo, buscando contentar os trabalhadores e o Governo, os operários e

- os patrões, os soldados e os oficiais – e com isso desorganizou a vanguarda e permitiu o reagrupamento da direita.
- 2) A chave da tática do PC, a celebérrima “aliança Povo-MFA”, com a qual esperava fomentar a confiança e colaboração mútuas entre a oficialidade e o movimento popular, teve como resultado o prolongamento das ilusões da massa trabalhadora no MFA, alargando o espaço de manobra do Grupo dos Nove para a preparação do golpe de direita.
 - 3) Ao participar no Conselho de Estado e nos governos provisórios, a direcção do PC gabava-se, com típica miopia reformista, de estar a garantir posições de força para o movimento operário; na realidade, estava a constituir-se em refém da burguesia e garante da manutenção da ordem; só por isso exigiu a burguesia a sua presença nos órgãos de poder enquanto lhe foi necessária.
 - 4) Amarrado ao “respeito pela legalidade democrática”, ansioso por agradar aos sectores intermédios, o PC não podia fazer a campanha revolucionária que se impunha pelo adiamento das eleições até serem completadas as tarefas essenciais de extirpação da herança fascista-colonialista. (É verdade que, neste ponto, a extrema-esquerda demonstrou igual cegueira).
 - 5) Perante a ofensiva combinada da social-democracia, dos liberais e dos fascistas para pôr termo às conquistas populares, o PC apostou no clássico arsenal dos oportunistas à beira do abismo: tentar meter medo à direita sem preparar os trabalhadores para a disputa do poder, o que conduziu o movimento a cair na armadilha do “contragolpe” e à bancarrota.
 - 6) Esta sucessão de *erros* não foi resultado de uma má avaliação das possibilidades, inscreveu-se num plano global de democratização burguesa que Cunhal baptizara pomposamente de “revolução democrática e nacional” e para o qual preparara o partido por um longo percurso reformista sob o fascismo.

Apontando o dedo acusador ao “esquerdismo”, os chefes do PC revelam pois involuntariamente a sua postura intermédia, reformista – isso é, **burguesa** – hostil às potencialidades revolucionárias do movimento. O ingénuo general Vasco Gonçalves deixou-o escapar uma vez mais na assembleia referida: “*Os soldados, generosos e inexperientes, queriam dum dia para o outro o céu e a terra e nós não tínhamos quadros preparados dentro do Exército para combater o esquerdismo*”. Podem felicitar-se por ter ganho a batalha.

(Política Operária n° 44 Março-Abril de 1994)

PROLETARIADO: CLASSE PARA SI OU CLASSE PARA OS OUTROS?

No artigo “A arrumação e correlação das forças de classe na sociedade portuguesa”*, Manuel Brotas discute a questão das classes em Portugal, questão há muito praticamente abandonada pelos que entre nós se reclamam do marxismo, talvez sob a influência da propaganda em voga sobre os “arcaicos mitos classistas”. Só por isso, quanto mais não fosse, o artigo é de grande utilidade pela recolha e análise que faz dos números das estatísticas oficiais.

Na sua simplicidade, os números ajudam-nos a situar a base real em que se trava a luta social e política do país. Através das profundas transformações em curso, a sociedade portuguesa continua dominada por dois pólos antagónicos: proletariado e burguesia – os que vivem da venda da sua força de trabalho e os que vivem do lucro obtido sobre essa força de trabalho. Polarização que não se atenua mas se *acentua*. Entre 1991 e 2001, o número de trabalhadores por conta de outrem teve um aumento de 20% pela incorporação no trabalho assalariado de isolados, independentes, domésticas, etc., atingindo no último daqueles anos os 3,8 milhões – sinal da generalização da compra e venda da força de trabalho a todos os sectores de actividade.

Desta massa assalariada emerge o *proletariado*, ou seja, o conjunto daqueles trabalhadores que, não sendo proprietários de meios de produção ou de capital, são obrigados a vender a sua força de trabalho, criando mais-valia. Com 2,145 milhões no último daqueles anos (42% da população activa), continua a ser a maior classe nacional, embora tenha vindo a crescer mais lentamente nas últimas décadas. É composto por 1,5 milhões de operários industriais e 400 mil proletários de serviços; o proletariado agrícola e das pescas, em redução acelerada, já não vai além dos 100 mil. Um factor novo: cerca de meio milhão destes proletários, quase um quarto do total, são *imigrantes*.

*Difundido em *resistir.info*, como desenvolvimento de um artigo publicado no *Militante de Novembro/Dezembro 2004 e Janeiro/Fevereiro 2005*.

Os *outros assalariados* (empregados, funcionalismo, intelectuais, etc.), a que o autor chama “camadas médias assalariadas” – e que Lenine na Rússia de há um século considerava, consoante o nível, ou “semiproletários” ou “semiburgueses” – são o segmento que mais cresce: aumentaram meio milhão nos dez anos considerados, ascendendo a 1,8 milhões.

A *pequena burguesia*, numericamente importante (800 mil), vê reduzir-se a sua camada inferior (pequenos empresários independentes ou com 1 ou 2 assalariados), que já não vai além dos 330 mil, enquanto cresce a camada superior (pequenos patrões, até 10 assalariados), com 480 mil.

Por fim, a *burguesia* grande e média (empresários, administradores, quadros) engloba cerca de 100 mil pessoas.

Toda a restante população (5,3 milhões, pouco mais de metade da população total) faz parte dos “inactivos” (reformados, estudantes, domésticas, incapacitados, forças armadas) e distribui-se pelas várias classes.

Desde logo, estes números desmentem duas ideias muito vulgares na esquerda, de há uns anos para cá: a de que haveria uma tendência para o “desaparecimento” da classe operária e para a “liquidação” da pequena burguesia.

Como se compreende que, justamente na esquerda, tenha surgido a ideia de estar em vias de extinção aquela que continua a ser a maior classe nacional? De facto, o que desapareceu foram as grandes concentrações operárias, com maior experiência de intervenção na acção sindical e política, que formavam a base de apoio da esquerda tradicional. Daí a sensação de se estar a assistir ao “fim do proletariado”, quando na realidade se mantêm muitos antigos sectores proletários e surgem outros novos, formados em grande medida por precários e imigrantes, sem experiência de organização de classe – o que coloca responsabilidades acrescidas na sua formação e educação. Em vez de chorar o fim da classe, a esquerda comunista tem pela frente uma pesada tarefa, comparável à que empreenderam no começo do século passado anarco-sindicalistas e comunistas: começar a partir do zero a penetração neste proletariado desconhecedor do marxismo.

A estatística também não se compadece com a ideia de que a pequena burguesia estaria a ser “ceifada” pela concentração capitalista. Tal como o proletariado, ela está sofrer uma recomposição profunda: diminuem as camadas dos pequeníssimos burgueses trabalhadores, de tipo pré-capitalista, mas aumentam as camadas de uma autêntica pequena burguesia moderna, de pequenos patrões,

progressivamente mais integrados na actividade do grande capital, por via do *franchising*, etc., como observa o autor do artigo. Sobre o reforço do núcleo da burguesia, entrelaçada com o grande capital europeu, nem vale a pena falar.

Ou seja: a um proletariado hoje mais disperso e desarmado do que há 30 anos, pela desintegração do seu núcleo avançado, opõe-se agora uma classe burguesa mais compacta, mais integrada e mais experiente. O quadro não é de molde a euforias mas é assim que o devemos encarar.

Vejamos agora que conclusões tira Manuel Brotas dos dados que ele próprio recolheu.

Ele assinala que no *proletariado* não podem ser contados aqueles assalariados que desempenham funções de extorsão da mais-valia, por exemplo, tarefas de controlo administrativo ou disciplinar no enquadramento de trabalhadores. Mas logo a seguir ele *amplia* o proletariado ao incluir na “classe operária” muitos empregados de escritório, assalariados intelectuais e quadros técnicos, engenheiros, cientistas, etc., sob o argumento de que desempenham um trabalho produtivo e portanto criam valor. Ora, se há entre esses trabalhadores muitos cujo trabalho cria valor, a questão é saber se a sua taxa de exploração, o seu lugar no processo produtivo, as suas ligações de classe, permitem situá-los no proletariado. Parece-nos tal indefensável. Basta perguntarmos se o interesse real de classe dessas camadas aponta para a liquidação do capitalismo ou para a sua preservação para termos a resposta.

Pode dizer-se, e é verdade, que a concepção demasiado ampla de proletariado formulada por M.B. não tem grande significado numérico; mas ela dilui a sua natureza de classe antagónica do capitalismo, e isso atinge toda a perspectiva da luta de classes, como se vai ver.

Ao mesmo tempo que esbate as fronteiras do proletariado, M.B. *divide artificialmente a burguesia* em duas partes antagónicas; ele pensa que existe uma “fractura” crescente entre a fracção monopolista e o resto da burguesia (“agrava-se o conflito entre a burguesia monopolista e as outras fracções da burguesia”).

Que há conflitos internos na classe burguesa, nem é necessário dizê-lo – essa é a condição imanente de uma classe por natureza predadora, em que se joga diariamente a disputa das oportunidades de lucro, a partilha da mais-valia extorquida ao proletariado. Mas, justamente, esse carácter de sugadores do trabalho assalariado empurra *todas* as fracções da burguesia *para um mesmo campo* nas questões

centrais da defesa da ordem instituída e do poder do Estado e, mais ainda, de cada vez que o seu domínio sobre a sociedade é posto em causa pela resistência dos explorados. Lutando entre si, as diferentes fracções da burguesia nunca esquecem que estão do mesmo lado da barricada e que a ameaça para o seu futuro vem do proletariado. Este dado elementar, já observado centenas de vezes na experiência da luta de classes, e entre nós muito claramente na crise de 1975, é iludido por M.B.

Assim chega ele à conclusão de que “os dois pólos aglutinadores da vida e das lutas sociais” não são burguesia e proletariado, mas a burguesia monopolista, dum lado, e o vasto campo do proletariado (amplo) reforçado pelos seus aliados burgueses, do outro.

Ele defende-o sem meias palavras. Primeiro, dado o forte aumento das camadas intermédias assalariadas, “se os partidos democráticos [leia-se PCP] se tornarem os *representantes* ou, pelo menos, os melhores interlocutores políticos destas camadas”, poderá abrir-se uma saída antimonopolista, pelo que se “reforça a importância da aliança da classe operária com os intelectuais e outras camadas intermédias”. Mas não só: como a burguesia monopolista aprofunda a sua integração com o grande capital internacional, resulta daqui que “a luta contra a burguesia monopolista, conduzida pela classe operária, é simultaneamente uma luta pela independência e soberania nacionais, susceptível de mobilizar uma vasta frente social, *incluindo sectores da média burguesia*”.

Naturalmente, ninguém nega que se possam neutralizar as tendências reaccionárias de uma parte da pequena burguesia durante uma crise revolucionária. Podem, mas *só se* o movimento proletário dispuser de uma força esmagadora, capaz de arrastar essas camadas, de as convencer a *cair para o lado do mais forte*, isto é, se o proletariado não se rebaixar ao papel de servente político da pequena burguesia e traçar o seu próprio rumo independente. A isto se resume, muito prosaicamente, o “progressismo” da pequena burguesia que tão embevecidos deixa os adeptos do PCP.

Quanto às virtualidades democráticas e patrióticas da burguesia em geral, estamos conversados. A ideia é tão absurda que não merece discussão.

Assim naufraga a análise de classes de Manuel Brotas. Exibindo uma fidelidade “irrepreensível” aos conceitos marxistas, a sua argumentação acaba por nos levar para o terreno da pseudo-estratégia do PCP, a “democracia avançada rumo ao socialismo”.

Quando o primeiro passo para criar o campo da revolução é averiguar com exactidão como se comporta cada classe e cada fracção de classe perante a luta proletária pelo socialismo, os “marxistas” da escola cunhaliana convidam o proletariado a unir-se à *boa* burguesia para, numa “primeira etapa”, “democratizar”... uma sociedade agonizante, dilacerada num antagonismo insolúvel entre proletários e capitalistas, mergulhada numa rota de catástrofe como província periférica do império Europa.

O traço central do revisionismo português sempre foi este esforço para convencer o proletariado a aceitar a pequena (e a média!) burguesia como aliada da revolução. Primeiro com o argumento de que todos os “portugueses honrados” queriam o fim do fascismo (o que não era verdade); agora com o argumento de que todos os democratas querem o fim dos monopolistas sem pátria (o que é igualmente falso). Por isso dizemos que o *amor* do PCP pelo proletariado tem por meta pô-lo ao serviço da pequena burguesia. Quem ainda não entendeu isto, poderá ser um democrata, um sindicalista, um anti-imperialista, mas não é certamente um marxista

(Política Operária nº 102, Novembro-Dezembro de 2005)